

## **Responsabilidade pelas dívidas do outro cônjuge**

### **I – Problema**

Casal casado sob o regime de separação de bens.

Um dos cônjuges contrai dívidas, à revelia do outro cônjuge – Será este cônjuge, também responsável?

### **II – Enquadramento legal e Conclusão**

Diz-nos o artigo 1690.º do Código Civil (doravante, C.C.), que:

#### **ARTIGO 1690.º**

##### **(Legitimidade para contrair dívidas)**

- 1 - Qualquer dos cônjuges tem legitimidade para contrair dívidas sem o consentimento do outro.
2. Para a determinação da responsabilidade dos cônjuges, as dívidas por eles contraídas têm a data do facto que lhes deu origem.

Neste caso concreto, um dos cônjuges contraiu uma dívida, durante a constância do matrimónio.

O que nos diz a lei?

#### **Artigo 1691.º**

##### **(Dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges)**

1. São da responsabilidade de ambos os cônjuges:

- a) As dívidas contraídas, antes ou depois da celebração do casamento, pelos dois cônjuges, ou por um deles com o consentimento do outro;
- b) As dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges, antes ou depois da celebração do casamento, para ocorrer aos encargos normais da vida familiar;
- c) As dívidas contraídas na constância do matrimónio pelo cônjuge administrador, em proveito comum do casal e nos limites dos seus poderes de administração;
- d) As dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges no exercício do comércio, salvo se se provar que não foram contraídas em proveito comum do casal ou se vigorar entre os cônjuges o regime de separação de bens;
- e) As dívidas consideradas comunicáveis nos termos do n.º 2 do artigo 1693.º

2. No regime da comunhão geral de bens, são ainda comunicáveis as dívidas contraídas antes do casamento por qualquer dos cônjuges, em proveito comum do casal.

3. O proveito comum do casal não se presume, excepto nos casos em que a lei o declarar.

4. (Revogado pelo Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro).

O artigo 1691.º refere-se, portanto, às dívidas que responsabilizam ambos os cônjuges, independentemente do regime de bens em que são casados.

Vamos analisar a primeira alínea. A alínea a) diz respeito às dívidas contraídas pelos dois cônjuges, antes ou depois do casamento, **ou por um, com o consentimento do outro**. Em relação a estas dívidas, porque são contraídas, em simultâneo, pelos dois cônjuges, ou por um, mas com o consentimento do outro, não colocam dúvidas: estas dívidas são de responsabilidade de ambos. (Não se coloca, no entanto este problema, uma vez que a dívida foi contraída sem o consentimento do outro cônjuge).

A alínea b) por outro lado, trata as dívidas contraídas por qualquer dos cônjuges, antes ou depois do casamento, para ocorrer aos encargos normais da vida familiar, estabelecendo-se aqui a responsabilidade de ambos os cônjuges. Esta alínea é, portanto, de difícil compreensão, causando situações que levantam muitos problemas no seio da nossa jurisprudência.

Seguindo de perto os ensinamentos de Pereira Coelho, cabem neste conceito, as dívidas de pequeno valor relativamente ao padrão de vida do casal, dívidas correntes ou periódicas que cada um dos cônjuges tem de ser livre de contrair, nomeadamente: o pagamento de uma operação de um filho, dívidas genéricas e comuns com vista à alimentação, vestuário, renda da casa, etc.

Por fim, na alínea c) aparecem tratadas como podendo ser da responsabilidade de ambos os cônjuges, as dívidas contraídas pelo cônjuge administrador, dentro dos seus poderes e em proveito comum do casal. Aqui, apenas se prevê a comunicabilidade das dívidas contraídas na constância do casamento.

Resumidamente, analisando as regras gerais vigentes em matéria de administração de bens, podemos dizer que cada um dos cônjuges administra os seus bens próprios, e que ambos administram os bens comuns (artigo 1678.º, n.º 1 a 3).

Coloca-se agora a questão de saber se o ato que originou a dívida cabe, ou não, dentro dos poderes de administração daquele que o praticou.

No âmbito da relação matrimonial, os poderes de administração são amplos, cabendo aqui a prática de todos os atos de gestão do património relativamente aos quais não se exija o consentimento do outro cônjuge. Finalmente, exige-se que a dívida contraída o seja em proveito comum do casal, isto é, que aquela tenha sido em vista o interesse de ambos os cônjuges ou da sociedade familiar.

**É importante determinar se o administrador teve em vista um fim comum ou se procurou realizar um interesse único e exclusivamente seu.** Uma outra ideia importante e que se revela fundamental, resulta do n.º 3 do artigo 1691.º, onde se estabelece que o proveito comum não se presume, excepto nos casos em que a lei o declarar. Esta regra vai determinar que o credor ao demandar os cônjuges tenha que alegar e provar que aquela dívida foi contraída em proveito de ambos, caso contrário, não conseguirá responsabilizar os dois membros do casal.